



1 MÊS DE TRUMP

RISCOS E OPORTUNIDADES EM UM NOVO CENÁRIO GLOBAL

O ano de 2025 começou com expectativas e incertezas na agenda brasileira, diante do terceiro mandato de Lula e do retorno de Trump à Casa Branca. Em 20 de fevereiro, completou-se um mês da nova gestão republicana, trazendo **reflexões sobre suas implicações para a política global e para o Brasil**.

Já no primeiro mês de nova administração, os Estados Unidos, maior economia mundial, segundo maior emissor de gases de efeito estufa (GEE) e que, portanto, desempenham papel estratégico, influenciando a governança global, tomou uma importante decisão que impactará em um dos principais temas em discussão no Brasil atualmente: **a COP30**, que será sediada em Belém (PA), em novembro.

Além da agenda climática, a **política comercial** norte-americana, marcada por medidas protecionistas, impõe desafios ao Brasil. Setores como metalurgia e siderurgia, dependentes do mercado dos EUA, podem perder competitividade com tarifas mais rígidas. Os EUA são destino-chave para bens manufaturados e commodities brasileiras, como petróleo, celulose e ferro e aço, tornando o país vulnerável a políticas comerciais mais restritivas.

A política tarifária também impacta a relação do Brasil com a China, seu maior parceiro comercial. Caso a economia chinesa desacelere, a redução da demanda por commodities brasileiras pode prejudicar a balança comercial. Além disso, uma guerra comercial global ampliaria as incertezas nos fluxos de comércio e investimentos.

Diante desse cenário, a COP30 se apresenta como oportunidade para o Brasil fortalecer sua liderança em sustentabilidade e transição energética. Construir cadeias produtivas de baixo carbono e negociar critérios tarifários mais justos são medidas essenciais para equilibrar desenvolvimento e preservação ambiental.

Nesta edição da Newsletter Perspectivas, analisamos os **desafios e oportunidades para o Brasil** diante da volta de Trump à presidência, com **foco nas novas tarifas comerciais e nas consequências da revogação de acordos ambientais**.



IMPOSIÇÕES TARIFÁRIAS

A meta de Trump de “fazer a América grande novamente” concentra-se, principalmente, no fortalecimento da economia e na revitalização dos setores industriais manufatureiros do país. Para tanto, o presidente adotou uma série de medidas tarifárias com o objetivo de **desestimular a importação e impulsionar a indústria nacional**.

TARIFAS IMPOSTAS:

10%

Sobre todas as importações da China para os Estados Unidos.

25%

Sobre todas as importações do Canadá para os Estados Unidos além de 10% sobre energia.

25%

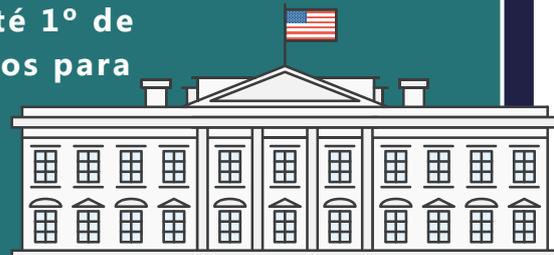
Sobre todas as importações do México para os Estados Unidos, apesar do acordo de livre comércio entre as nações estar vigente até 2026.

25%

Sobre todas as importações de alumínio e aço para os Estados Unidos, passará a ser efetiva a partir do dia 12 de março;

Em 3 de fevereiro:
Tarifas suspensas
por um mês em
razão de
solicitações de
renegociação.

No dia 13 de fevereiro a Casa Branca anunciou que, até 1º de abril, a equipe econômica estaria concluindo os estudos para implementar tarifas recíprocas a todas as nações que atualmente possuem alguma tarifa contra produtos americanos.



Em resposta, México, Canadá e China adotaram tarifas equivalentes sobre produtos dos Estados Unidos. As negociações seguem em andamento para determinar se essas políticas serão mantidas.



IMPACTOS NO MUNDO

Os Estados Unidos são o maior importador do mundo, com um volume de importação de USD 3.2 trilhões em 2023, seguido pela China, com o valor de US \$2.6 trilhões, uma diferença de USD 500 bilhões entre as nações. Diante desse cenário, as medidas tarifárias do governo Trump inevitavelmente afetarão os mercados globais em diferentes níveis de impacto. Como resposta ao anúncio de tarifas recíprocas, **diversas nações apresentaram seus planos de ação para enfrentar essas novas políticas.**

A **União Europeia (UE)** declarou que responderá às medidas de forma proporcional a fim de proteger seus interesses, mas que pretende evitar uma guerra tarifária e se mantém aberta a renegociações. No entanto, o bloco já se antecipou na formulação de acordos de importação com outras nações como Índia, Filipinas e Tailândia, além do Mercosul, defendendo que a melhor resposta às tarifas é a ampliação das trocas comerciais com outros parceiros.

O ministro de finanças e presidente interino da **Coreia do Sul**, Choi Sang-mok, também se pronunciou, afirmando que, embora atualmente as nações mantenham um acordo de livre comércio, será necessário monitorar o cenário, dependendo dos próximos passos do presidente americano.

O **Canadá**, além de impor tarifas recíprocas a produtos americanos, alertou que, caso Trump insista em políticas tarifárias que prejudiquem a economia canadense, o país poderá retaliar por meio de restrições energéticas. Essa medida provocaria grande impacto aos Estados Unidos, considerando que, segundo dados do governo canadense, cerca de 30 estados americanos recebem algum tipo de fonte energética do vizinho ao norte.

Dessa forma, **as tarifas impostas por Trump estão reorganizando a atual estrutura do mercado global.** Com as possíveis retaliações aplicadas pelas nações afetadas, novos atores podem emergir para ocupar os espaços deixados nessa nova dinâmica econômica.

Importações em 2023



USD 3.2 trilhões



USD \$2.6 trilhões

IMPACTOS NO BRASIL



Diante dessa reorganização do mercado global, o Brasil também precisa traçar um plano para lidar com os impactos, tanto positivos quanto negativos, das novas políticas americanas. O país é o segundo maior exportador de **alumínio e aço** para os Estados Unidos, movimentando cerca de USD 7 bilhões para o setor em 2024, atrás apenas do Canadá. Além disso, as tarifas de retaliação anunciadas por Trump incluem a taxaço do **etanol e da carne** brasileiros, setores nos quais os EUA ocupam, respectivamente, a posição de segundo e terceiro maior importador.

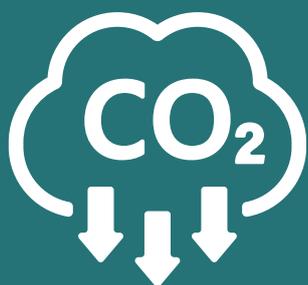
No caso da indústria siderúrgica, os Estados Unidos importam cerca de 70 tipos de aços diferentes, e não está claro se sua infraestrutura industrial é capaz de suprir essa demanda internamente. Caso não haja capacidade suficiente de produção, e considerando que o custo da tarifa de exportação recai sobre o exportador, é possível que essa medida seja reavaliada no futuro. Em nota pública, **a Confederação Nacional da Indústria (CNI), afirmou que buscará, juntamente com o governo brasileiro, um espaço de diálogo e alternativas para reverter a decisão dos EUA** e ainda pontuou como a tarifa é prejudicial a ambas economias principalmente devido ao fato de que a balança comercial Brasil-EUA é positiva para o país norte-americano e que a exportação brasileira de aço é complementar e não competitiva com a produção dos EUA.

A UNICA (União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia) e a Bioenergia Brasil também se manifestaram, divulgando uma nota contra a inclusão do etanol brasileiro no Memorando de Tarifas Recíprocas. Equiparar o etanol brasileiro, com maior potencial de descarbonização, ao produzido nos Estados Unidos, na visão das entidades, representa um retrocesso nas ações de combate às mudanças climáticas. Caso a medida se confirme, os EUA estariam se afastando ainda mais do compromisso global com a sustentabilidade.

Embora os setores afetados estejam pressionando o governo brasileiro por uma resposta e se posicionando contra as tarifas americanas, atualmente **ainda não há um espaço de negociação aberto**, dado que o encarregado de comércio dos EUA, nomeado por Trump, ainda não foi aprovado pelo Senado, o que impede um diálogo oficial entre os países. Além disso, é importante considerar a **distante relação entre os presidentes Lula e Trump, dada as suas diferenças políticas**, o que dificultará negociações comerciais entre os dois países.

Apesar do impacto significativo das medidas, sobretudo para os setores siderúrgico e agrícola, o professor de Economia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Ricardo Ruiz, destacou a **diversificação de parceiros comerciais do Brasil**. Em 2024, os Estados Unidos responderam por pouco mais de 11% das exportações do Brasil, a China 30%, o Mercosul 11% e a UE 15%.

Esse cenário deve levar diversas nações a buscarem novos parceiros comerciais, exigindo que os setores produtivos brasileiros fiquem atentos a essas mudanças e se adaptem às novas demandas do mercado global. A expectativa é que os produtos americanos também enfrentem aumentos de preço devido às tarifas recíprocas impostas por outros países e à insuficiência da produção industrial dos EUA.



IMPACTO NA TRANSIÇÃO PARA UMA ECONOMIA DE BAIXO CARBONO GLOBAL

Além das tarifas comerciais, um ponto forte da política de Donald Trump até o momento, alinhando-se também ao que foi proposto em seu primeiro mandato, tem sido a **revogação de acordos ambientais e o investimento em combustíveis fósseis**, em detrimento das energias renováveis.

Logo nas primeiras semanas de governo, Trump **revogou os programas de incentivo à transição energética** e anunciou o lema da nova política energética americana: “Drill, baby, drill” (perfure, querida, perfure), o que resultou no aumento dos custos necessários para a produção de energias renováveis nos Estados Unidos e também confirmou a **saída**



**DRILL
BABY
DRILL**

dos EUA do Acordo de Paris, o que representa um retrocesso significativo nos compromissos globais de sustentabilidade e que alterou o status dos Estados Unidos como parceiro de baixo risco para os padrões ambientais da União Europeia, implicando a aplicação de novas tarifas sobre produtos norte-americanos, como petróleo, gás, aço e commodities agrícolas, sob regulamentos como o CBAM (Ajuste de Carbono nas Fronteiras) e o EUDR (regulamento relacionado ao combate à desflorestação).

Assim, essas mudanças de política geraram um grande impacto para o desenvolvimento da economia de baixo carbono e têm levantado **questionamentos em outros países sobre a necessidade de uma transição energética mais limpa**. Contudo, a tendência observada é que o progresso do setor de energias renováveis não seja estagnado por essas ações, principalmente porque o desenvolvimento em direção a energias limpas já

está bem avançado e, em grande parte, é visto como **essencial para garantir o futuro da produção global**, ao mesmo tempo em que, claramente, **é uma solução atual para garantir a competitividade industrial de economias que dependem fortemente de importação de combustíveis fósseis**. Na União Europeia, por exemplo, mais da metade da energia é importada - sobretudo combustíveis fósseis, como petróleo e gás natural - impactando no preço da energia e, conseqüentemente na competitividade da indústria europeia. Durante discussões no Fórum Econômico Mundial, foi enfatizada a necessidade de um diálogo entre governos e o setor privado para o sucesso de políticas para energia limpa, e como organizações internacionais, independentemente das políticas estatais, podem liderar esse processo.

Entretanto, as ações anunciadas por Trump **podem dificultar as negociações da COP30, especialmente nas questões de financiamento climático e nas contribuições nacionais de redução de emissões de carbono (NDCs)**. Nesse contexto, destaca-se a mobilização do setor privado para ocupar esse espaço e os discursos de negociadores defendendo a diversificação das fontes de financiamento e a inclusão de diferentes setores na implementação das políticas climáticas. O presidente da COP30, embaixador André Corrêa do Lago, em palestra ao Instituto Rio Branco, afirmou que o objetivo da conferência deste ano será **aumentar o diálogo com o setor privado** e agentes subnacionais e focar na aplicação bottom-up das políticas climáticas já apresentadas.

COP30: PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS



Os debates da Conferência do Clima frequentemente reforçam que o crescente aumento dos gases de efeito estufa (GEE) emitidos por ações econômicas é a principal causa do aumento irregular das temperaturas globais. Um estudo da Bloomberg de 2023 utilizou uma ferramenta desenvolvida pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) e pela Climate Interactive, a qual indica que, se nenhuma ação for tomada, a temperatura global pode aumentar em até 4,1°C até 2100. Esse cenário tem levado países e governos a criarem políticas públicas e regulamentações visando uma economia de baixo carbono. Contudo, **a saída dos Estados Unidos do Acordo de Paris, pela segunda vez, criam um cenário de expectativas e incertezas quanto à agenda climática global.**

Em 2017, a saída dos EUA desencadeou uma onda de ações locais que convergiram na formação da coalizão do movimento *We Are Still In* e da iniciativa analítica *America's Pledge*. O movimento é fruto de uma declaração conjunta em apoio à ação climática e à defesa do Acordo de Paris, assinada por mais de 3.900 CEOs, prefeitos, governadores, presidentes de faculdades, executivos e outras lideranças relevantes, sendo administrado pelo World Wildlife Fund, Climate Nexus e Ceres. Em 2021, esses dois movimentos uniram forças para dar origem à *America Is All In*.

Na época, o movimento buscou reafirmar a liderança dos Estados Unidos no combate às mudanças climáticas, incentivando a atuação de líderes subnacionais para cumprir os compromissos assumidos no Acordo de Paris. Além disso, a iniciativa tinha como objetivo ampliar o apoio geográfico e bipartidário à ação climática por meio da colaboração intersetorial em nível estadual e local.

A coalizão de líderes *America Is All In*, dedicada a garantir que os Estados Unidos permaneçam comprometidos com as metas climáticas estabelecidas pelo Acordo de Paris, envolve a mobilização de esforços em todos os cinquenta estados, abrangendo múltiplos níveis de governo e setores econômicos, com o objetivo de promover ações coordenadas e efetivas para mitigar os impactos das mudanças climáticas. A iniciativa busca engajar diferentes atores sociais, políticos e econômicos, reforçando a necessidade de uma abordagem colaborativa e multissetorial para alcançar resultados significativos na transição para um futuro sustentável.

Diante da segunda retirada dos EUA do Acordo de Paris, a *America Is All In* reafirmou e intensificou seu compromisso com as metas climáticas globais. Em janeiro, Gina McCarthy, ex-Conselheira Nacional do Clima e co-presidente do *America Is All In*, destacou que liderar a transição energética vai além da redução de emissões: é uma oportunidade estratégica para fomentar investimentos em energia renovável, proteger a saúde pública e promover a competitividade econômica. A coalizão se prepara para se envolver com a presidência da COP30, com a missão de priorizar a liderança climática subnacional por meio de sua agenda de federalismo climático. **“Assim como fizemos durante a última administração Trump, vamos concentrar nosso trabalho com cidades, estados e muitos líderes do setor privado, que se mantiveram firmes naquela época e continuam firmes agora.”**, afirmou McCarthy.

No entanto, vale destacar que cenário global da época era consideravelmente distinto do atual e que tais mudanças podem refletir no desempenho de iniciativas como a *America is All In*. Atualmente, há uma **crecente onda de lideranças da direita assumindo o poder em diversos países, com discursos mais voltados para o crescimento econômico e menos focados em questões ambientais**. Além disso, a **guerra da Rússia contra a Ucrânia** tem imposto um desafio para diversos países, em especial da Europa, para se manterem competitivos sem o gás russo, e, nesse cenário, há um crescente **questionamento sobre o que é prioritário: meio ambiente ou a sobrevivência econômica, ou seja, a competitividade**.





PERSPECTIVAS SOBRE O TEMA

Quase todo o setor produtivo global hoje depende de cadeias de suprimento complexas e dificilmente consegue reter toda a sua produção em um só local. Os Estados Unidos são o maior importador do mundo, não só de produtos manufaturados, mas também de matérias-primas, e as tarifas de importação afetam não somente a indústria americana, mas também ameaçam a rentabilidade de outros mercados, desencadeando um efeito em cadeia que pode levar alterações de preços e do poder de compra e a vulnerabilidades econômicas.

O professor de economia política internacional de Harvard, Dani Rodrik, afirmou, em entrevista ao Fórum Econômico Mundial, que o mundo entrou em uma era de hiperglobalização e que, quanto mais as economias se tornam interligadas, mais evidentes ficam as desigualdades de renda entre a população e as elites políticas. Para tanto, é necessário ter um certo controle sobre o grau de abertura da economia nacional ao mercado global.

Rodrik aponta que, nesse cenário de interconexão, é preciso escolher o caminho certo para o nacionalismo econômico, como o desenvolvimentismo, que oferece **mais possibilidades de investimento interno sem fechar completamente a participação em mercados globais**. As tarifas podem ser um complemento a essa política, mas, sozinhas e sem investimentos, não são capazes de restaurar a competitividade ou aumentar o poder de compra da população;

pelo contrário, podem causar um efeito reverso, desestabilizando mercados e impactando o preço dos produtos.

Assim, revela-se a necessidade de estimular a **capacidade de adaptação dos setores produtivos** e formular um **plano de ação capaz de atender às novas demandas da reorganização do mercado global**, a fim de evitar grandes perdas e, eventualmente, encontrar novas oportunidades de acordos e trocas comerciais.

Além da globalização, as mudanças climáticas e as políticas formuladas para enfrentá-las também chegaram a um estágio de irreversibilidade, exigindo ações que englobem diferentes setores da sociedade e atuem de forma independente. A coalizão *America Is All In* exemplifica a capacidade dos governos subnacionais e dos setores privados de compensar a ausência de liderança federal, atuando como catalisadores de mudanças estruturais que garantam a continuidade de soluções inovadoras na economia de baixo carbono.

Dessa forma, percebe-se uma tendência global de **fortalecimento dos setores privados e dos agentes subnacionais** na atuação em políticas de desenvolvimento. Além disso, **eventos globais, como a COP30, servem como espaços de diálogo entre esses atores e os Estados**, promovendo novas oportunidades para todos os envolvidos e avanços em políticas e desenvolvimento econômico.

Isabela Jara

Analista de Relações Internacionais e e Governamentais

SOBRE A PERSPECTIVAS

Somos uma consultoria especializada em **relações institucionais e governamentais, comunicação e desenvolvimento de negócios**, incluindo iniciativas que fortalecem a integração entre o Brasil e mercados internacionais. Nosso foco é posicionar o Brasil na liderança global de soluções para a economia de baixo carbono, contribuindo para a atração de investimentos e o aumento da competitividade das empresas brasileiras, visando o crescimento econômico do país e, consequentemente, o desenvolvimento social e a proteção do meio ambiente.

Acesse as edições anteriores de nossa newsletter, em português e inglês, em: www.perspectivasbr.com/newsletter

Contato: perspectivas@perspectivasbr.com

Edição: Marina Mattar, Letícia Macário, Isabela Jara e Brenda Reis
Projeto gráfico e diagramação: Matheus Abreu e Letícia Macário